



**VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VII SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
VI CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL: formação profissional do(a) assistente social

**INTERNACIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL: entre a
hegemonia global e o projeto crítico latino-americano**

Cristiano Costa de Carvalho¹
Eliana Bolorino Canteiro Martins²
Nayara Hakime Dutra³
Ruth Gnecco Zanini⁴
Vanessa Mara Solcia⁵

RESUMO

O ensaio analisa o processo de internacionalização da pós-graduação em Serviço Social no Brasil, situando-o nas contradições entre a pressão por inserção em circuitos acadêmicos hegemônicos e a resistência de um projeto profissional crítico, de matriz latino-americana. Fundamentado em revisão da literatura e documentos institucionais, examina a internacionalização como política indutora da Capes, as assimetrias da produção científica global e as possibilidades de uma internacionalização crítica. Conclui que a área enfrenta o desafio de protagonizar política própria, conciliando excelência acadêmica, relevância social e direção política emancipatória.

Palavras-chave: Internacionalização; Serviço Social; Pós-graduação; Projeto ético-político; Assimetrias globais.

ABSTRACT

The essay analyzes the internationalization process of graduate studies in Social Work in Brazil, situating it within the contradictions between the pressure for insertion into hegemonic academic circuits and the resistance of a critical professional project rooted in the Latin American matrix. Based on a review of specialized literature and institutional documents, it examines internationalization as an inductive policy of Capes, the asymmetries of global scientific production, and the possibilities for a critical internationalization. It concludes that the field faces the challenge of leading its own policy, reconciling academic excellence, social relevance, and an emancipatory political direction.

¹ Assistente social e docente, doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista, bolsista CAPES. E-mail: cristiano.c.carvalho@unesp.br

² Assistente social e livre docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista. Bolsista produtividade CNPq- Nível 2. E-mail: elianacanteiro@terra.com.br

³ Assistente social e docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista. E-mail: nayara.hakime@unesp.br

⁴ Assistente social, doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista, bolsista CAPES. E-mail: ruthzanini.sso@gmail.com

⁵ Assistente social, doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista, bolsista CAPES. E-mail: vanessamasol@yahoo.com.br



Keywords: Internationalization; Social Work; Graduate studies; Ethical-political project; Global asymmetries.

1. INTRODUÇÃO

A partir da década de 80 e 90, com a expansão e criação de cursos da pós-graduação de mestrado e doutorado houve maior interlocução e diálogo com as diferentes áreas do conhecimento e entre diferentes paradigmas, avanços que a Profa. Maria Carmelita Yazbeck destaca: “na compreensão do Estado capitalista, das políticas sociais, dos movimentos sociais, do poder local, dos direitos sociais, da cidadania, da democracia, dos processos de trabalho, da realidade institucional e de outros temas” (Yazbek, 2025 *apud* Yazbek, 2009, p. 27), repensando a área de Serviço Social, tornando-se objeto de suas investigações, obtendo respeito de seus pares no âmbito interdisciplinar e interlocução com as ciências sociais.

A internacionalização da pós-graduação consolidou-se, nas últimas duas décadas, como um dos eixos estruturantes das políticas de avaliação e financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). O que outrora se apresentava como dimensão complementar da vida acadêmica converteu-se em critério distintivo de excelência, condicionando a obtenção das notas máximas nos sistemas avaliativos e o acesso a programas de fomento como o Capes-PrInt. No âmbito do Serviço Social brasileiro, área que construiu historicamente uma tradição crítica ancorada na teoria social marxiana e no compromisso com as classes subalternas, essa inflexão tem suscitado debates acalorados sobre os rumos da produção de conhecimento e da formação profissional.

O presente ensaio, elaborado por integrantes da Comissão de Internacionalização do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista (UNESP), inscreve-se nesse debate propondo uma reflexão sobre os sentidos políticos da internacionalização. Não se trata, evidentemente, de recusar a abertura ao diálogo internacional, dimensão constitutiva da própria trajetória da profissão, como demonstram as interlocuções com o Serviço Social norte-americano nos anos 1940, o movimento de reconceitualização latino-americano e a cooperação com países africanos e europeus. Trata-se, antes, de problematizar os termos em que essa abertura vem sendo induzida, os critérios que a orientam e os projetos profissionais que nela se enfrentam.

A tese que orienta esta análise pode ser assim enunciada: a internacionalização na área de Serviço Social constitui um campo de disputa onde convivem, em tensão permanente, a pressão por inserção nos circuitos hegemônicos da “economia global do conhecimento” e a resistência exercida por um projeto político crítico, de matriz latino-americana, ancorado no projeto ético-político profissional. Compreender essa disputa, suas mediações institucionais e suas implicações para a produção de conhecimento é o objetivo central deste ensaio.

Para tanto, o texto organiza-se em três movimentos argumentativos. Primeiramente, examina-se a internacionalização como política pública indutora, recuperando como a Capes progressivamente incorporou a dimensão internacional em seus documentos de área e como



os programas de pós-graduação em Serviço Social têm respondido a essas exigências. Em seguida, aprofunda-se a análise crítica das assimetrias que estruturam a produção científica global, mobilizando categorias como “economia global do conhecimento” e “geoeconomia política do conhecimento” para desvelar as relações de poder subjacentes aos processos de internacionalização. Por fim, exploram-se as possibilidades de uma direção política contra-hegemônica, discutindo o papel das entidades representativas (ABEPSS, ALAEITS), o potencial das cooperações Sul-Sul e os desafios de conciliar excelência acadêmica com relevância social e compromisso emancipatório.

2. A internacionalização como política e como processo

A internacionalização do ensino superior, fenômeno que ganhou contornos específicos nas últimas décadas, não pode ser compreendida como mero desenvolvimento natural da expansão acadêmica. Martins e Carrara (2014, p. 210-211), ao situá-la no movimento mais amplo da mundialização do capital, demonstram que a globalização operada no campo educacional “cumpr[e] função ideológica, operando nas contradições estruturais do capitalismo”, ao mesmo tempo em que integra “como componente central, um duplo movimento de polarização: interna a cada país e internacional, aprofundando brutalmente a distância entre os países situados no âmago do oligopólio mundial e os países da periferia”. Essa perspectiva impõe o reconhecimento de que a internacionalização não é neutra nem homogênea, mas atravessada por relações de poder que hierarquizam instituições, países e regiões.

No Brasil, a incorporação da internacionalização como critério avaliativo pela Capes seguiu trajetória ascendente. O Documento de Área do Serviço Social, nos relatórios das avaliações quadrienais, passou a elencar um conjunto cada vez mais amplo de indicadores: acordos de cooperação formalizados, mobilidade docente e discente (doutorado-sanduíche, pós-doutorado), atração de estudantes estrangeiros, cotutela e dupla titulação, participação em comitês editoriais internacionais, produção bibliográfica em coautoria com pesquisadores estrangeiros e publicação em periódicos indexados em bases internacionais (CAPES, 2019). Como sintetizam Prates e Carraro (2018, p. 3), a internacionalização passou a ser concebida como “interface entre países e continentes, sendo estabelecida a partir de acordos de cooperação e intercâmbios internacionais, com base na solidariedade, no respeito às diversidades culturais, no reconhecimento, apoio e benefício mútuo”, embora a operacionalização desses princípios enfrente obstáculos estruturais.

Yazbek (2025), destaca que no processo de internacionalização do Serviço Social brasileiro, embora marcado por lutas, tensões e desafios impostos pela lógica mercantil que atravessa a educação superior, é fundamental não restringir a análise apenas a essa dimensão. Paralelamente às contradições estruturais, observam-se movimentos potentes de engajamento por parte de docentes, discentes e pesquisadores, que têm buscado ampliar



horizontes por meio da construção de novas parcerias acadêmicas, do desenvolvimento de pesquisas inovadoras e da formulação de novas agendas investigativas. Esse movimento revela a constituição de redes colaborativas sustentadas pelo intercâmbio de saberes, pelo diálogo crítico e pela produção compartilhada do conhecimento. Mais do que atender a exigências institucionais, a internacionalização tem se configurado, nesse contexto, como espaço de interrogações, cooperação e fortalecimento de alianças solidárias, reafirmando o compromisso ético-político do Serviço Social com a formação crítica e com a transformação social, “o Serviço Social vem se construindo, como profissão e como área de produção de conhecimentos, num processo coletivo, com uma direção social comprometida ética e politicamente, com valores emancipatórios” (Yazbek, 2025, p.33).

A pesquisa coordenada por Prates (2019) oferece panorama elucidativo das respostas dos programas de pós-graduação em Serviço Social a essas demandas. Com base em levantamento realizado entre 2015-2016 com coordenadores de PPGs, a autora evidencia que “a exigência de internacionalização começa a ser demandada em PPGs com avaliação conceito 5 junto à Capes, não é exigida dos Programas 3 e 4, mas é condição necessária para os que se encontram nos estratos 6 e 7” (Prates, 2019, p. 217). Essa gradação revela o caráter hierarquizante da política em que os programas já consolidados, que dispõem de “estrutura, produção e quadro de pesquisadores mais consolidado” (Prates, 2019, p. 218), são exatamente os que têm maiores condições de acessar financiamentos e estabelecer parcerias, em um círculo virtuoso para poucos e vicioso para a maioria.

Os dados sistematizados por Pinheiro, Pereira e Silva (2025) atualizam esse diagnóstico. Na Avaliação Quadrienal 2021, os programas com notas 6 e 7 (PUC-SP, PUCRS, UFES, UFMA, UFPE, PUC-Rio, UERJ, UnB) concentravam as atividades mais robustas de internacionalização, beneficiando-se preferencialmente do Programa Capes-*PrInt*, “o principal programa de promoção da internacionalização na pós-graduação” no quadriênio (Pinheiro; Pereira; Silva, 2025, p. 55). As autoras observam que “o investimento financeiro para a internacionalização feito pela Capes não se deu de modo isonômico para todas as IES” (Pinheiro; Pereira; Silva, 2025, p. 55), revelando como a própria política de fomento pode reproduzir e aprofundar desigualdades entre programas.

Garcia, Menandro e Spolander (2024) acrescentam dimensão quantitativa relevante ao analisar a produção em língua estrangeira em 14 PPGs da área entre 2013 e 2022. Os autores identificaram crescimento de 68% nas publicações em idiomas estrangeiros até 2021, seguido de retração em 2022 (Garcia; Menandro; Spolander, 2024, p. 89). Essa inflexão sugere os limites de um modelo de internacionalização baseado primordialmente em pressão avaliativa, sobretudo quando se considera o contexto de desfinanciamento: “os recursos alocados para a internacionalização foram reduzidos significativamente pelo governo Bolsonaro – em 2021, o orçamento total da Capes foi 73,4% menor do que em 2015” (Garcia; Spolander, 2023, p. 55). A equação perversa entre exigência crescente e financiamento decrescente transfere aos programas e aos docentes a responsabilidade por um processo que demandaria política



institucional consistente e aporte público adequado.

A análise dos fluxos de mobilidade discente, com base nas bolsas PDSE entre 2016 e 2023, revela concentração geográfica expressiva: Estados Unidos, Portugal, França, Espanha e Reino Unido absorveram mais de 60% das bolsas, com os EUA oscilando entre 22% e 26% do total (Forti, 2025, p. 227). Esse dado, confrontado com a orientação majoritária dos PPGs da área para cooperações Sul-Sul (Garcia; Menandro; Spolander, 2024, p. 86-87), evidencia a tensão entre a direção política desejada e as condições materiais que induzem a busca por parcerias com países centrais. Não se trata, evidentemente, de demonizar a cooperação com universidades norte-americanas ou europeias, mas de reconhecer que os fluxos predominantes tendem a reproduzir a lógica centro-periferia, direcionando pesquisadores brasileiros para instituições que ocupam posições hegemônicas no campo científico global.

3. Assimetrias e contradições na “economia global do conhecimento”

A compreensão das assimetrias que estruturam a produção científica global exige o exame das mediações concretas por meio das quais se estabelecem as hierarquias entre países, instituições e tradições teóricas. Yazbek (2025) oferece, nesse sentido, formulação teórica rigorosa ao mobilizar a categoria “economia global do conhecimento” para designar um processo “globalizante e imperialista, que traz consigo a mercantilização e monopolização do conhecimento e da informação” (Yazbek, 2025, p. 32). A autora explicita que essa economia não é neutra, organizando-se a partir de “verdadeiros centros de atração, a partir dos quais o grosso da produção científica e tecnológica vem gravitando” (Yazbek, 2025, p. 32), configurando uma “geoeconomia política do conhecimento” que aprofunda as assimetrias entre países centrais e periféricos.

Um dos aspectos mais instigantes da análise de Yazbek (2025) reside na articulação entre essa geoeconomia e as “particularidades das revoluções burguesas” dos países centrais (Yazbek, 2025, p. 32), implicando reconhecer que a hegemonia científica não é fenômeno puramente acadêmico, mas expressão de processos históricos mais amplos de dominação econômica, política e cultural. O “mercado do conhecimento” identifica-se como “um *locus* dos mais privilegiados na acumulação capitalista global” e “um dos principais eixos do processo de agravamento das assimetrias de poder” (Yazbek, 2025, p. 32), o que coloca para as universidades brasileiras o desafio de integrar essa economia em condições estruturalmente desfavoráveis.

Garcia e Spolander (2023) demonstram empiricamente a concentração da produção sobre cooperação internacional nos países centrais. Em revisão sistemática da literatura, constataram que 39% dos artigos selecionados são de autores dos Estados Unidos, Alemanha e Reino Unido, enquanto o Brasil participa com apenas 10% da produção (Garcia; Spolander, 2023, p. 62). Essa assimetria na capacidade de tematizar a própria cooperação



internacional acompanha-se do domínio das grandes editoras comerciais, especialmente os periódicos identificados pertencem majoritariamente ao circuito Elsevier, Springer, Wiley, Taylor & Francis, Sage e Oxford University Press. A referência a Shaw (2014) sobre a endogenia das citações nos periódicos estadunidenses, onde 95 a 98% de autores citando autores do mesmo país, é particularmente reveladora, pois demonstra que a assimetria não se restringe ao acesso, mas opera na própria circulação e legitimação do conhecimento (Garcia; Spolander, 2023, p. 58).

A dimensão mercantil dessa economia explicita-se na análise do lucro das editoras comerciais. Garcia, Menandro e Spolander (2024, p. 98) registram que a Elsevier relatou receitas de cerca de US\$ 3,2 bilhões, dos quais 36% foram lucros, margem superior à de empresas como Microsoft, Google e Coca-Cola. A alternativa do acesso aberto, frequentemente apresentada como solução democratizante, revela-se igualmente excludente quando se examinam as taxas de publicação: na revista Nature, o valor exigido do autor para acesso aberto é de 9.500 euros, cerca de 58 mil reais (Garcia; Menandro; Spolander, 2024, p. 98). Esse montante, absolutamente proibitivo para pesquisadores brasileiros, evidencia que “o conhecimento científico, como bem público, deve ter seu acesso livre e fazer parte da luta das autoras e dos autores em todo o mundo” (Garcia; Menandro; Spolander, 2024, p. 98).

As assimetrias manifestam-se também nas condições concretas de trabalho dos pesquisadores. Garcia, Menandro e Spolander (2024, p. 96) comparam a situação nas universidades federais brasileiras, regidas pelo Regime Jurídico Único (estabilidade), com a realidade britânica, onde dois terços dos docentes universitários têm contratos precários anuais e 41% atuam como horistas. Essa diferença estrutural afeta diretamente a disponibilidade para pesquisa, a capacidade de engajamento em projetos de longo prazo e a própria saúde dos trabalhadores acadêmicos, submetidos a processos de intensificação, autoexploração e adoecimento (Garcia; Spolander, 2023, p. 59). A internacionalização, nesse contexto, não pode ser analisada apenas em termos de fluxos de conhecimento, mas deve considerar as condições materiais que a viabilizam ou obstaculizam.

A barreira linguística constitui outro obstáculo estrutural: apenas 5% dos brasileiros falam inglês e, dentro desse índice, 1% possui fluência total no idioma (Garcia; Menandro; Spolander, 2024, p. 86). Esse dado, recorrentemente mencionado nos levantamentos como “dificuldade de domínio de línguas estrangeiras” (Prates; Carraro, 2018, p. 10; Pinheiro; Pereira; Silva, 2025, p. 47), não deve ser interpretado como mera carência individual, mas como expressão da hierarquização linguística do conhecimento científico global, na qual o inglês se impõe como língua franca, desvalorizando produções em português, espanhol e demais idiomas periféricos. A exigência de publicar em inglês, sem o correspondente investimento em políticas linguísticas e formação continuada, opera como mecanismo de exclusão e subordinação intelectual.

O diagnóstico do Plano Estratégico de Internacionalização da UNESP (2018-2021) oferece exemplo concreto dessa dinâmica. O documento, elaborado em inglês e alinhado às



melhores práticas internacionais de gestão acadêmica, reconhece que, embora a universidade fosse “a segunda instituição do Brasil em número de artigos publicados” em 2016, com 28% de publicações em coautoria internacional, alcançava “um *Normalized Citation Impact* de apenas 0,79, inferior à média das mais importantes instituições brasileiras, que oscila em valores próximos a 0,9 e distante dos valores das melhores instituições científicas do mundo” (UNESP, 2018, p. 18). A conclusão do relatório aponta que “isso indica que há baixa produção com parceiros internacionais ou, possivelmente, resultante de parcerias internacionais que trazem baixo impacto ou visibilidade à pesquisa produzida” (UNESP, 2018, p. 18) revela a internalização dos critérios bibliométricos hegemônicos como parâmetro de avaliação da própria produção.

4. A direção política contra-hegemônica: desafios e possibilidades

Se as assimetrias estruturais impõem limites objetivos à inserção internacional dos programas brasileiros, nem por isso a área tem assistido passivamente a esse processo. A tese de que “o Serviço Social brasileiro é internacional” (Forti, 2025, p. 218) não por adesão aos parâmetros avaliativos contemporâneos, mas porque as relações internacionais são constitutivas de sua trajetória desde os anos 1950/1960, desloca o debate: não se trata de “tornar-se” internacional, mas de disputar o conteúdo e a direção dessa internacionalização. Yazbek (2025) recupera exemplos concretos dessa tradição: Maria Ozanira Silva e Silva com mestrado nos EUA (1976), Marilda Iamamoto como pesquisadora no CELATS (Peru, fins dos anos 1970), Nobuko Kameyama com formação na França (1972-1978), a participação de Joaquina Barata no Comitê Executivo da FITS (Yazbek, 2025, p. 219). Esses exemplos demonstram que a interlocução internacional sempre esteve presente, mas orientada por projetos políticos distintos daqueles hoje hegemônicos.

A identificação do Movimento de Reconceitualização como “uma forma de internacionalização” (Yazbek, 2025, p. 34) é particularmente significativa. Ao fazer essa afirmação, a autora amplia o conceito de internacionalização para além das modalidades institucionalizadas pela Capes, incluindo processos de intercâmbio crítico entre países latino-americanos que, embora muitas vezes precários e informais, foram decisivos para a renovação profissional. A criação do Centro Latino-Americano de Trabajo Social (Celats) e da Associação Latino-Americana de Escolas de Serviço Social (Alaets) – hoje ALAEITS – “desempenharam um papel exemplar na introdução do pensamento crítico no Serviço Social na América Latina vinculado aos interesses das classes subalternas” (Garcia; Spolander, 2023, p. 60). Montañó (2011), citado pelos autores, registra a “forte presença do debate brasileiro nos eventos internacionais (desde meados dos anos 1960), na revista *Acción Crítica* (da Alaets-Celats, desde 1979)” (Garcia; Spolander, 2023, p. 60), reafirmando o protagonismo da região na produção de um pensamento próprio.



A experiência histórica da cooperação Brasil-Portugal, analisada por Martins e Carrara (2014), ilustra as potencialidades e os limites de uma internacionalização orientada por projetos profissionais compartilhados. As autoras reconstituem quatro tendências nessas relações: a qualificação para formação e trabalho nos marcos do desenvolvimentismo (anos 1960); a formação e organização da categoria influenciada pela reconceitualização latino-americana (pós-1974), com a vinda de professores brasileiros exilados que “divulgam as tendências do movimento de reconceitualização do Serviço Social latino-americano” em Portugal (Martins; Carrara, 2014, p. 215); a qualificação acadêmica em nível de mestrado e doutoramento via cooperação com a PUC-SP (1986-2001), que viabilizou a criação do primeiro mestrado (1987) e do primeiro doutorado (2003) em Serviço Social em Portugal; e, finalmente, a inserção dessas relações no atual quadro da internacionalização do ensino superior, marcado pela hegemonia dos programas de mobilidade europeus e pelo risco de homogeneização formativa.

O balanço que Martins e Carrara (2014) oferecem dessa trajetória é especialmente relevante para pensar os desafios contemporâneos. As autoras destacam que, ao longo de mais de cinco décadas, a cooperação “não significou e nem significa homogeneidade de pensamentos e perspectivas teóricas, mas a construção de projetos comuns que, por sua vez, expressam a particularidade da profissão em cada realidade, a possibilidade de diálogos e garantia do pluralismo” (Martins; Carrara, 2014, p. 226). Essa experiência demonstra que é possível internacionalizar sem subordinar-se, desde que as relações se pautem pelo respeito às diferenças e pela construção coletiva de agendas de pesquisa e formação.

A proposta de “interculturalismo horizontal” formulada por Prates (2025) avança nessa direção ao explicitar os princípios que deveriam orientar uma internacionalização contra-hegemônica. A autora defende “um tipo de interculturalismo horizontal, sem aculturação, que respeite e reconheça o saber e a cultura de cada povo. Os processos de internacionalização precisam se pautar no mesmo tipo de relação, todos temos o que dizer e o que aprender nas relações entre regiões diversas, países e continentes diversos” (Prates, 2025, p. 11).

Aqui me refiro a um tipo de interculturalismo horizontal, sem aculturação, que respeite e reconheça o saber e a cultura de cada povo. Os processos de internacionalização precisam se pautar no mesmo tipo de relação, todos temos o que dizer e o que aprender nas relações entre regiões diversas, países e continentes diversos (Prates, 2024). (Prates, 2025, p. 11).

Essa formulação recusa tanto o isolacionismo quanto a subalternização: não se trata de rejeitar a internacionalização, mas de disputar seu conteúdo, assegurando que as relações sejam pautadas pela reciprocidade e pelo reconhecimento mútuo.

Martinelli (2025) radicaliza essa perspectiva ao afirmar que

[...] a internacionalização do conhecimento, a partir da pesquisa, é um verdadeiro compromisso ético-político e exige um firme posicionamento daqueles que estão na gestão e organização das dinâmicas acadêmicas, para que a Universidade possa cumprir a sua vocação de expandir as fronteiras do conhecimento, assumindo de modo rigoroso a sua importante missão de contribuir para o fortalecimento do processo



democrático e emancipatório (Martinelli, 2025, p. 404).

A autora explicita, assim, o vínculo intrínseco entre internacionalização e projeto profissional, retirando o tema do âmbito meramente técnico-burocrático e recolocando-o no terreno da política e da ética.

No plano concreto das estratégias, a literatura aponta caminhos possíveis. O predomínio de cooperações Sul-Sul registrado nos PPGs da área, “com destaque para América Latina e África” (Garcia; Spolander, 2023, p. 61; Forti, 2025, p. 225), indica uma orientação política que resiste à pressão por parcerias exclusivamente com o Norte Global. A ênfase na “construção de solidariedades” para “resistir aos efeitos homogeneizadores e normalizadores da globalização” (Forti, 2025, p. 222) e a recuperação de Aníbal Quijano para fundamentar a necessidade de recusa do “padrão de poder colonial” na educação superior (Forti, 2025, p. 222) apontam para a necessidade de descentralizar as epistemologias ocidentais e afirmar a pluralidade de saberes.

O papel das entidades representativas nesse processo é destacado por diversos autores. Pinheiro, Pereira e Silva (2025) mencionam que a pauta da internacionalização:

[...] é referendada pela agenda internacional da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), a qual tem como compromisso a defesa de um projeto de formação que orienta sobre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e que assume também o compromisso de conduzir o processo formativo orientado pelos princípios norteadores do Código de Ética de Assistentes Sociais, das Diretrizes Curriculares e da Lei de Regulamentação da profissão (Pinheiro; Pereira; Silva, 2025, p. 50).

Martins e Carrara (2014), por sua vez, registram a participação da ABEPSS, do CFESS e da ALAEITS em seminários, colóquios e eventos científicos em Portugal (Martins; Carrara, 2014, p. 225), evidenciando a dimensão político-institucional da internacionalização.

A experiência do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGPS/UFES), analisada por Garcia, Menandro e Spolander (2024), oferece elementos para pensar estratégias concretas. O programa alcançou nota 6 na Capes com indicadores expressivos: crescimento de discentes estrangeiros de 2,6% para 6,3% entre 2016-2022, mobilidade para oito países, participação em redes internacionais e publicações em inglês, espanhol e chinês (Garcia; Menandro; Spolander, 2024, p. 94-96). Os autores, contudo, não apresentam essa trajetória de forma acrítica, destacando que “o trabalho de cooperação internacional em pesquisa nos coloca em meio a um movimento contraditório: por um lado, resulta de um impulso ontológico relacionado à socialização do saber e da colaboração entre pesquisadores(as) e, por outro, resulta da internacionalização como parte das estratégias de reafirmação e acomodação dos interesses hegemônicos oriundos dos países centrais do capitalismo” (Garcia; Menandro; Spolander, 2024, p. 95). Essa dupla determinação impede leituras maniqueístas que ora celebram a internacionalização como progresso inevitável, ora a condenam como mera reprodução do colonialismo acadêmico.



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso analítico desenvolvido ao longo deste ensaio permite reafirmar a tese inicial: a internacionalização da pós-graduação em Serviço Social constitui um campo de disputa onde se enfrentam, em tensão permanente, a pressão por inserção nos circuitos hegemônicos da economia global do conhecimento e a resistência exercida por um projeto político crítico, de matriz latino-americanista, ancorado no projeto ético-político profissional. Essa disputa não se trava em terreno abstrato, mas nas mediações concretas das políticas de avaliação da Capes, nas condições materiais de trabalho dos docentes e pesquisadores, nos fluxos de financiamento e mobilidade, nas escolhas temáticas e editoriais, nas parcerias estabelecidas e nas redes de colaboração construídas.

As evidências reunidas ao longo da análise demonstram que as assimetrias estruturais que caracterizam a produção científica global impõem limites objetivos à inserção internacional dos programas brasileiros. A concentração da produção e da circulação do conhecimento nos países centrais, o domínio das grandes editoras comerciais, as barreiras linguísticas, o desfinanciamento crônico da ciência e tecnologia no Brasil e as desigualdades nas condições de trabalho entre os países parceiros configuram obstáculos reais, que não podem ser superados por mera vontade individual ou por estratégias isoladas de programas.

Ao mesmo tempo, a tradição histórica do Serviço Social brasileiro (sua densidade teórica ancorada no marxismo, seu projeto ético-político forjado nas lutas dos movimentos sociais, sua inserção nos processos de integração latino-americana) constitui ativo estratégico para a construção de uma internacionalização contra-hegemônica. As experiências de cooperação Sul-Sul, o papel das entidades representativas (ABEPSS, ALAEITS, CFESS) e as propostas de interculturalismo horizontal indicam caminhos possíveis para que a área protagonize sua própria política de internacionalização, capaz de conciliar excelência acadêmica, relevância social e direção política emancipatória.

O desafio que se coloca para os programas de pós-graduação, em particular para o PPGSS UNESP em sua relação com instituições portuguesas, é o de navegar entre essas duas lógicas sem perder de vista o projeto profissional que orienta a área. Isso implica, concretamente, perguntar: em que medida as parcerias estabelecidas fortalecem a direção crítica da profissão? Em que medida contribuem para a formação de um conhecimento contra-hegemônico, capaz de disputar os sentidos da intervenção profissional em escala global? E, inversamente, em que medida podem estar reproduzindo, ainda que involuntariamente, as assimetrias da economia global do conhecimento?

Não há respostas prontas para essas questões, nem fórmulas aplicáveis indistintamente a todos os contextos. O que a literatura analisada oferece são categorias para problematizar, critérios para avaliar e experiências para inspirar. A construção de uma internacionalização



crítica, solidária e politicamente orientada exige, antes de tudo, que a disputa seja explicitada – que se reconheça, como adverte Yazbek (2025, p. 39), que “não há espaços de trabalho profissional e de produção de conhecimentos, sem contradição” e que “a direção está sempre em disputa”. Exige, também, que se afirmem os princípios do projeto ético-político como referência inegociável para avaliar parcerias, definir prioridades e alocar recursos.

Que este ensaio possa contribuir para esse debate, oferecendo elementos para que o PPGSS UNESP e demais programas da área avancem na construção de uma política de internacionalização à altura dos desafios do tempo presente – uma política que, sem desconhecer as exigências de excelência acadêmica, afirme o compromisso com a defesa da vida, com a emancipação humana e com a construção de um conhecimento enraizado nas lutas e nas esperanças dos povos da América Latina.

REFERÊNCIAS

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Documento de Área – Serviço Social**. Brasília: Capes, 2019.

COELHO, K. F.; GUEDES, O. de S. O legado da cooperação científica entre o curso de Serviço Social da PUC-SP e escolas portuguesas. **Serviço Social & Sociedade**, n. 142, p. 549–567, set. 2021. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/0101-6628.264> > acesso em 01. fev. 2026.

FORTI, V. A internacionalização e os programas de pós-graduação em Serviço Social. **Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 59, p. 218-229, maio/ago. 2025. Disponível em: < <https://doi.org/10.12957/rep.2025.91803> > acesso em 01. fev. 2026.

GARCIA, M. L. T; MENANDRO, L. M. T; SPOLANDER, G. A pós-graduação em Serviço Social como *locus* privilegiado da pesquisa em termos internacionais. *In*: MORAES, C. A. de S; LIMA, N. C. (org.). **Pesquisa em Serviço Social: teoria, método e metodologias**. São Paulo: Cortez, 2024. p. 77-103.

GARCIA, M. L. T; SPOLANDER, G. Cooperação internacional em Serviço Social: uma revisão de literatura. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 23, n. 1, p. 49-69, jan./jun. 2023. Disponível em: < <https://doi.org/10.34019/1980-8518.2023.v23.41306> > acesso em 12. jan. 2026.

MARTINELLI, M. L. Internacionalização do conhecimento: um verdadeiro compromisso ético-político. *In*: JOAZEIRO, E. M. G. (org.). **Temporalidades, trabalho e defesa da vida em tempos de pandemia: produção e internacionalização do conhecimento**. Teresina: EDUFPI, 2025. p. 401-405. Disponível em: < <https://observatoriolatinoamericano.cl/wp-content/uploads/2025/06/livro3.pdf> > acesso em 22. dez. 2025.

MARTINS, A. M. de C; CARRARA, V. A. Serviço Social português e brasileiro em diálogo: internacionalização da formação profissional. **Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 33, p. 205-227, 1º sem. 2014. Disponível em: < <https://doi.org/10.12957/rep.2014.13034> > acesso em 05. dez. 2025.

MONTAÑO, C. **A natureza do Serviço Social**: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PINHEIRO, H. A; PEREIRA, K. de M; SILVA, M. T. M. da. Serviço Social, pós-graduação e internacionalização: reflexões fundamentais para o fortalecimento da área enquanto produtora de conhecimento. *In*: JOAZEIRO, E. M. G. (org.). **Temporalidades, trabalho e defesa da**



vida em tempos de pandemia: produção e internacionalização do conhecimento. Teresina: EDUFPI, 2025. p. 39-60. Disponível em: <<https://observatoriolatinoamericano.cl/wp-content/uploads/2025/06/livro3.pdf>> acesso em 22. dez. 2025.

PRATES, J. C. O processo de internacionalização na Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 214-224, jul./dez. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.15448/1677-9509.2019.2.36784>> acesso em 18. dez. 2025.

PRATES, J. C. Prefácio: Produção de conhecimentos e internacionalização: o desafio de problematizar a defesa da vida em tempos de capitalismo predatório. In: JOAZEIRO, E. M. G. (org.). **Temporalidades, trabalho e defesa da vida em tempos de pandemia:** produção e internacionalização do conhecimento. Teresina: EDUFPI, 2025. p. 9-16. Disponível em: <<https://observatoriolatinoamericano.cl/wp-content/uploads/2025/06/livro3.pdf>> acesso em 22. dez. 2025.

PRATES, J. C; CARRARO, G. Os processos de internacionalização da área do Serviço Social na formação pós-graduada. In: **Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, Vitória, 2018. p. 1-15. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/10923/14812>> acesso em 05. nov. 2025.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130.

SHAW, I. The sociology of knowledge and the sociology of social work. In: WEBB, S. (org.). **The new politics of social work**. London: Palgrave Macmillan, 2014. p. 45-68.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”. **Internationalization Strategic Plan 2018-2021: moving forward throughout excellence**. São Paulo: UNESP, maio 2018. 40 p. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1t_MoujH6vUFnW5LK2ncWJjMSQTvVGt4r/view> Acesso em 27. dez. 2025.

YAZBEK, M. C. O Processo de Internacionalização do Serviço Social: desafios e direção política. **Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 58, p. 31-40, jan./abr. 2025. Disponível em: <<https://doi.org/10.12957/rep.2025.89039>> acesso em 05. dez. 2025.